



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



CAPITAL SOCIAL E MICROCRÉDITO

HEMERSON LUIZ PASE; SHEILA BRANDÃO; OSNI GIANI FERRAZ;

CÂMARA FEDERAL

BRASILIA - DF - BRASIL

osniferraz@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

CAPITAL SOCIAL E MICROCRÉDITO

Grupo de Pesquisa: Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio.

Resumo:

Este trabalho faz uma análise sobre a importância do capital social, para a articulação, organização e o empoderamento dos atores sociais, para tanto, utilizamos as cooperativas de crédito que atuam com o microcrédito e com aval solidário, que valorizam virtudes tais como confiança, solidariedade e reciprocidade.

Palavras-chaves: Microcrédito, Capital Social e Empoderamento.

Abstract

With this work we intend to make an analysis on the importance of the Capital stock, for the joint, organization and the empoderamento of the social actors, being been that we will go to use the cooperatives in specific the Cresol that acts with the microcredit with solidary endorsement, being in a responsible instrument for infusing in its membros the values related to the Capital stock, as confidence, solidarity and reciprocity.

Key Words: Microcrédito, Capital stock and empoderamento.

INTRODUÇÃO



O objetivo deste artigo é analisar a importância do capital social como um instrumento que colabora na articulação, organização e no empoderamento dos atores sociais possibilitando a obtenção de bens tangíveis. Para isso estudamos as relações dos cidadãos que utilizam o mecanismo de microcrédito, através da Cooperativa de Crédito Com Interação Solidária - Cresol .

A metodologia utilizada recolhe os resultados do projeto de pesquisa "Capital social e Desenvolvimento Regional: A Importância do Capital Social no Desenvolvimento do COREDE Nordeste" desenvolvido no ano de 2005 realizado como o apoio institucional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul -UERGS. Além disso, serão analisadas informações recolhidas através de entrevistas realizadas com associados da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária -Cresol, com sede em Sananduva-RS.

A confiança, solidariedade e reciprocidade são indicadores de existência de capital social e o desenvolvimento é mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE, cuja classificação em quadro blocos temáticos educação, renda, saneamento e domicílio, assemelha-se ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, formulado pela ONU. O empoderamento é a variável interveniente, pois configura-se como o elo de ligação entre o capital social e o desenvolvimento.

CAPITAL SOCIAL E MICROCRÉDITO

Durante quase todo o século XX discutiu-se a necessidade de impulsionar o desenvolvimento a partir do crescimento econômico coordenado por agentes públicos ou atores privados, concepção que depende da matriz teórica em voga.

A partir de 1970 alguns autores retomam algumas das teses desenvolvidas por Weber (2005) e Tocqueville (1987), explorando uma perspectiva que atribui à cultura a determinação do desempenho institucional e dos processos de desenvolvimento e/ou estagnação econômica (PUTNAM, 2000).



Putnam analisa o desenvolvimento da Itália e identifica diferentes características culturais entre os cidadãos, afirmando que no Norte evidencia-se uma cultura mais horizontal, com relações de confiança, cooperação e solidariedade e no Sul, de outro lado, percebe-se uma cultura mais vertical caracterizada por relações de desconfiança. Putnam utiliza o conceito de capital social para caracterizar sociedades e / ou segmentos sociais que possuem relações de confiança, cooperação e reciprocidade, que determinam melhor desempenho institucional e melhor desenvolvimento econômico.

Sem a pretensão de impulsionar o desenvolvimento econômico, mas, modestamente, amenizar a pobreza de um segmento social de Bangladesch, na Índia, surge a noção de microcrédito.

O microcrédito é o resultado da experiência de um professor universitário de Bangladesh, Muhammad Yunus, que na década de 1970, sensibilizou-se com a situação de pobreza e miserabilidade da população local, principalmente, as mulheres mães de família que, para alimentar seus filhos, necessitavam de centavos para financiar o seu negócio, o artesanato e, na falta de outra possibilidade, recorriam a intermediários que cobravam juros altos ("agiotas"), mantendo e, muitas vezes, agravando sua miséria.

Reagindo a essa situação Yunus criou um banco para realizar empréstimos de pequeno valor para pessoas pobres. Nas palavras do próprio Yunus (2000) o Grammen Bank deveria financiar os mais pobres entre os pobres. Essa experiência teve grande êxito e atualmente existem várias instituições de micro finanças, em vários países, realizando essa atividade.

A definição de microcrédito possui três variáveis essenciais: é dirigido para os pobres; o valor dos empréstimos é pequeno e; inexistente a necessidade de garantias (Yunus, 2000). Embora unânime, a definição de microcrédito atualmente possui duas perspectivas distintas, conforme a concepção que o embasa.

A perspectiva das microfinanças, formulada a partir de um paradigma liberal, identifica no microcrédito a virtude de geração de emprego e renda e a inserção no mercado, além de um nicho de mercado, pois percebe a possibilidade de oferecer um conjunto de outros serviços financeiros aos pobres, tais como a captação de poupança (ALVES & SOARES, 2004; BARONE et al, 2002), possibilidade também defendida



por Yunus. Nessa perspectiva o microcrédito deve ser concedido aos empreendedores pobres e para atividades produtivas e planejadas que aliviaria a pressão por consumo desses segmentos.

Perspectiva diferente, ligada mais umbilicalmente ao que defende seu fundador, afirma que o microcrédito é substancialmente uma política de enfrentamento da pobreza e da miséria. Para essa concepção o microcrédito deveria ser concedido a qualquer pobre que pudesse honrar seu pagamento sem direcionar o investimento, o que implica na possibilidade de utilizá-lo para atividades produtivas ou de melhoria da qualidade de vida.

Essa perspectiva se aproxima da concepção de desenvolvimento formulada por Amartya Sen, para quem a pobreza não é apenas a privação de renda, mas também, e principalmente, a privação de capacidades. O analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a falta de acesso aos serviços públicos e a falta de acesso à participação social e / ou política, dentre outras, revelam-se como "privações de capacidades" cujo obstáculo impede a superação da pobreza (Sen, 2000).

Observamos essa relação com mais detalhes na seqüência onde trataremos o desenvolvimento e o empoderamento como fatores que influenciam o Capital Social.

DESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO

O conceito de desenvolvimento surge no século XIX, inserido no ambiente social e intelectual da modernidade, gestada historicamente pela revolução francesa e industrial e pela constituição dos estados nacionais, e situada intelectualmente nos princípios liberais, cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado (PASE, 2001). Ocupa espaço relevante na literatura a partir do final da segunda guerra mundial, cujos reflexos modificam por completo o cenário planetário. Até então o termo desenvolvimento é sinônimo de progresso, conceito que supõe determinismo histórico evolucionista no sentido do pior para o melhor, do atrasado para o moderno, do tradicional ao desenvolvido, do rural para o urbano.



Nos anos 1970 o debate sobre desenvolvimento sustentável emerge no cenário internacional, animado principalmente pela Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, que define a necessidade de associar o crescimento econômico à preservação do meio ambiente. Uma das premissas do desenvolvimento sustentável, naquele momento, foi o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do desenvolvimento em relação à manutenção do equilíbrio ambiental planetário nas sociedades contemporâneas. A satisfação das necessidades humanas, a qualidade de vida e do meio ambiente apresentaram-se como elementos interdependentes e, portanto, a pobreza surge como uma das principais causas da degradação da natureza.

Seguramente o crescimento econômico é importante para o desenvolvimento, contudo a qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, equidade e respeito cultural da população passam por um conjunto de elementos que, embora reais e urgentes, ainda carecem de formulação precisa por parte da academia. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, formulado pela ONU, que mensura além da pobreza, educação e esperança de vida, são importantes porém ainda insuficientes.

Um debate crescentemente importante é a relação entre o desenvolvimento e a política ou o poder, da relação entre o processo de realização humana e a forma de governo, ou seja como o poder político é definido e articulado na sociedade e, de como esta é representada. Embora muitos trabalhos tenham demonstrado a fragilidade da democracia, para resolver os problemas dos mais pobres, ainda é consensual que é a forma de governo com maior possibilidade de fazê-lo.

Na democracia é possível empreender um processo de reconstrução de um contrato social, em bases distintas daquela dos clássicos, onde se produzam ações e possibilidades diferenciadas para grupos desiguais, com destaque para aqueles que mais necessitam e inclusive colocando entre estes a questão ambiental.

Nessa mesma linha de análise, Amartya Sen afirma:

(...) a relevância intrínseca dos direitos civis e políticos (e eu acrescentaria direitos humanos), garantidos pela democracia autoriza a defender sua vigência sem que seja



necessário demonstrar se esta forma de democracia fomenta ou não o crescimento econômico. Este posicionamento, não deixa de ser uma novidade se se leva em conta que por muito tempo a teoria democrática liberal vigente recomendava sacrificar alguns direitos políticos e civis, por considerá-los como obstáculos para o desenvolvimento (SEN, 1998, P. 597, Apud BAQUERO, 2003, p. 83).

Sen é muito enfático ao afirmar que "O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente" (SEN, 2000. pág. 10).

Contemporaneamente o conceito de desenvolvimento considera o crescimento econômico, porém incorpora dimensões que dizem respeito à liberdade de escolhas individuais e sociais e a participação efetiva na tomada de decisões a respeito da produção e distribuição das riquezas, bem como dos seus custos, principalmente culturais e ambientais.

Outro conceito relacionado ao desenvolvimento é o empowerment de raízes teóricas na reforma protestante, que se opõe frontalmente ao paternalismo, cuja tradução menos imprecisa para o português é empoderamento. No século XX passa a ser utilizado nos Estados Unidos da América pelos "novos movimentos sociais" (direitos cívicos, negros, homossexuais, feministas, portadores de deficiência), que lutam por cidadania, contra opressão e o pré-conceito (BAQUERO, Rute. 2005).

Segundo Wallerstein e Bernstein (1994) o empoderamento pode ocorrer nos níveis individual, organizacional e comunitário. O individual diz respeito ao aumento da capacidade dos indivíduos influírem na sua vida. O organizacional significa contribuir com as decisões da organização (empresarial) para melhorar seu desempenho.

O empoderamento comunitário capacita os "grupos sociais desfavorecidos para a articulação de seus interesses e participação comunitária, visando conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de direitos e influenciar ações do Estado." (BAQUERO, Rute. 2005. pág. 73).

Uma tentativa de avançar qualitativamente no conceito de empoderamento encontra-se em Paulo Freire, cujo pensamento agrega a noção de concientização



enquanto um processo de conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão (FREIRE, 1979). Segundo Baquero (2005) a contribuição de Paulo Freire nos conduz a entender o empoderamento como

"(...) processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder" (BAQUERO, Rute. 2005, pág. 76)

A inter-relação entre capital social e empoderamento pode contribuir para superar problemas como a situação de pobreza de pessoas e comunidades, transformando as relações de poder em favor daqueles que tinham pouca autoridade para que tenham controle sobre os recursos – físicos, humanos, intelectuais, financeiros e de seu próprio ser - e sobre a ideologia – crenças, valores e atitudes (BAQUERO, RUTE, 2005).

John Durston (2001) afirma que os grupos e comunidades que têm considerável reserva de capital social em suas variadas manifestações podem cumprir melhor e mais rapidamente com as condições de empoderamento. O acesso as redes que transcendem os círculos fechados da comunidade pobre e o capital social comunitário manifestado em diferentes formas de associativismo são elementos importantes para o empwerment da pessoas e das comunidades

Após termos feitos as relações e esclarecimentos sobre os conceitos que trabalhar, iremos então nós determos resultados da pesquisa.

RESULTADOS

A importância da cultura política para os processos de desenvolvimento econômico e consolidação democrática ampliou seu espaço na literatura científica principalmente depois dos estudos de Robert Putnam, cuja pesquisa define a



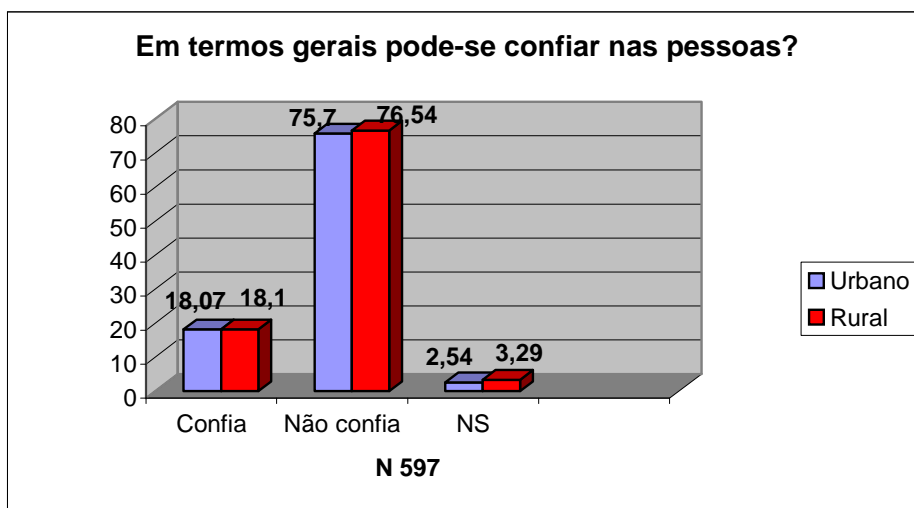
determinação do desenvolvimento diferenciado a partir do capital social acumulado pelas sociedades.

A cultura política de uma sociedade, construída historicamente, influencia decisivamente o desenvolvimento social, econômico e político dos territórios. A confiança, reciprocidade e solidariedade, embasadas em normas claras e na livre e vigorosa circulação de informações definem o capital social, cuja potencialidade de obter resultados e / ou bens tangíveis é inegável embora, muitas vezes, insuficiente (PUTNAM, 2000).

No entanto, as sociedades que não tenham construído capital social não podem ser condenadas ao desespero do determinismo histórico. Para Coleman (1990) o capital social pode ser impulsionado ou construído a partir de ações institucionais, principalmente do Estado.

A figura 1 apresenta o índice de confiança generalizada para o conjunto do território do COREDE Nordeste do Estado do RS, segmentado por local de moradia dos entrevistados: urbano ou rural.

FIGURA 1



Fonte: PASE, 2006

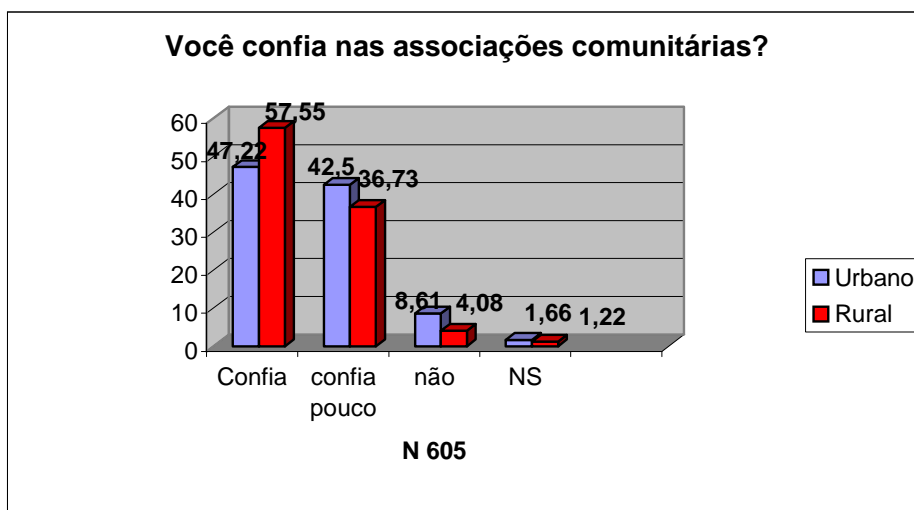
Observa-se que o índice de confiança é algo em torno de 18 % é bem menos expressivo que o de não confiança, que é de aproximadamente 75 %, cuja comparação



demonstra a fragilidade da confiança generalizada entre os cidadãos do território, bem como a semelhança da confiança generalizada entre cidadãos que residem no espaço urbano e rural.

Entretanto, quando considerada de forma menos aleatória e generalizada, é possível observar uma sensível diferença na confiança entre urbanos e rurais. A figura 2 apresenta esta informação.

FIGURA 2



Fonte: PASE, 2006

A figura 2 demonstra que a confiança em associações comunitárias, ao redor de 50 %, é bem mais generosa que a não confiança, que é de menos de 8,5 %, além disso, revela uma significativa diferença entre a confiança dos cidadãos urbanos, que tem um índice de 47,22 %, e os cidadãos rurais, que tem um índice de 57,55 %.

Na figura 02 podemos fazer a seguinte suposição que se por algum motivo as pessoas que confiam pouco 42,5% virem a confiar muito teríamos um número entorno de 90% de pessoas que confiam muito nas associações comunitárias, dados esses relativos as pessoas que vivem no meio urbano da área estudada, observamos a relevância desse dado, já se as mesmas 42,5% que confiam pouco vierem a não confiar dará uma porcentagem de 51,1% de pessoas que não confiariam nas associações, ou seja esses dados nos mostram que as pessoas estão mais propensas a confiarem nas



associações, mesmo nas cidades onde de modo geral a confiança é tratada de forma mais zelosa.

Agora se fizermos a mesma suposição só que do meio rural notaremos que se os 36,73% que confiam pouco virem a confiarem muito isso daria um total de 94,28% de cidadãos que confiam muito nas associações comunitárias, porém que se por algum motivo os mesmo 36,73% que confiam pouco, vierem a não confiar teríamos 40% de pessoas que não confiariam nas associações.

Em ambos os casos, rural e urbano os números são muitos próximos, porém nos mostra que no rural as pessoas estão mais propensas a confiarem nas associações do que no urbano, conseguindo dessa forma buscar bens tangíveis em conjunto.

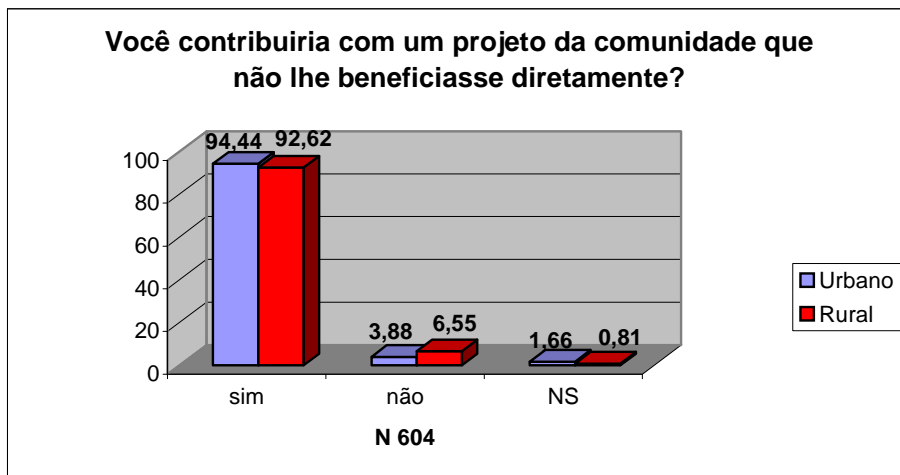
Esta informação revela que o desenvolvimento brasileiro, impulsionado no sentido da industrialização e urbanização, sinônimos de modernidade e progresso, mesmo consolidando as desigualdades sociais e econômicas, bem como regionais, não foi suficiente para destruir as relações de reciprocidade que marcam a ocupação geográfica da região Nordeste do RS, com destaque para o espaço rural.

A confiança recíproca, revelada na figura 2, mostra a importância da consideração do conceito de capital social. É muito difícil estabelecer normas claras e livre fluxo de informações de forma generalizada, situação menos improvável quando define-se um universo de avaliação, no caso as associações.

A figura 3 tenta captar um dos elementos centrais para a determinação da existência de capital social: a solidariedade.



FIGURA 3



Fonte: PASE, 2006

Evidencia-se grande solidariedade e colaboração entre os cidadãos, cujo índice supera 90 % dos entrevistados, com uma sutil supremacia dos residentes no urbano.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) calcula o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE para o Rio Grande do Sul, municípios e Coredes. O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800).

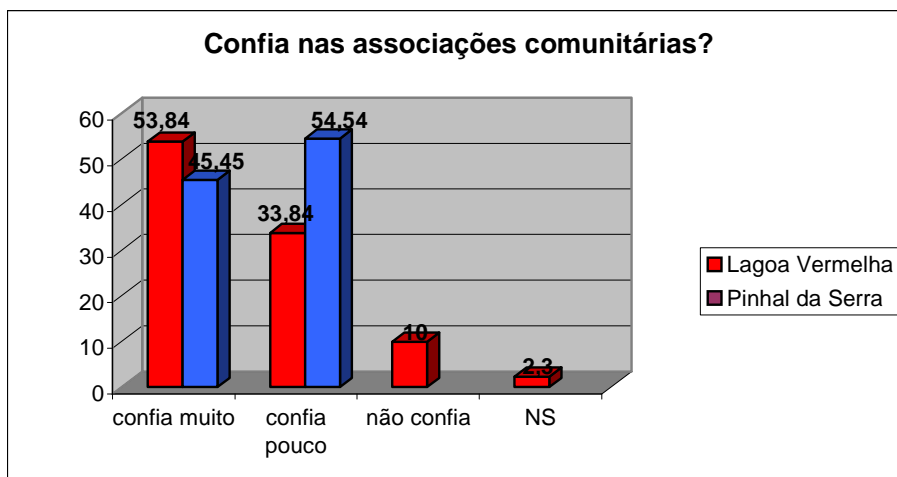
O COREDE Nordeste é classificado em 17º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE (2004), com um índice de 0,731, sendo que o do RS é de 0,760, ambos medianos. Não obstante, entre os 23 municípios que compõe o COREDE existem as realidades mais discrepantes.

Na figura 4 far-se-á uma comparação, quanto à confiança em associações comunitárias, entre os municípios de Lagoa Vermelha e Pinhal da Serra que possuem posições antagônicas quanto ao desenvolvimento socioeconômico, mensurado pelo IDESE. O município de Lagoa Vermelha possui IDESE de 0,777 e ocupa a 30ª posição no ranking



estadual, a melhor do COREDE Nordeste, e Pinhal da Serra possui IDESE de 0,643 ocupando a 363ª posição no ranking estadual, uma das piores do COREDE.

FIGURA 4



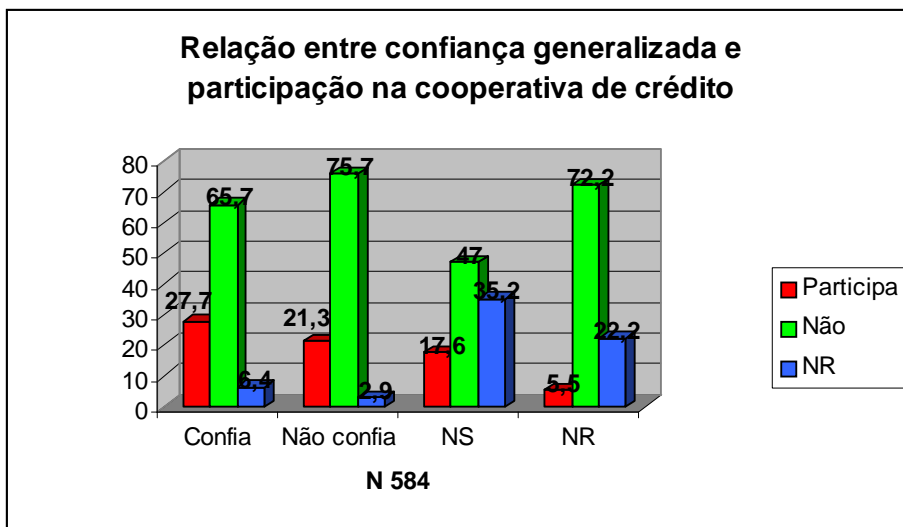
Fonte: PASE, 2006

Observa-se que no município com maior IDESE, Lagoa Vermelha, a confiança nas associações é quase 10 % superior a Pinhal da Serra, que possui IDESE bastante inferior. Da mesma forma a pouca confiança nas associações é 20 % superior em Pinhal da Serra, o que sugere uma relação positiva entre o capital social e o desenvolvimento socioeconômico.

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL é formada exclusivamente por agricultores familiares e atua com microcrédito rural e /ou agropecuário vinculado, principalmente, ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, financiado pelo Governo Federal. Um dos mecanismos, utilizado pela CRESOL, para concessão do microcrédito é o "aval solidário" que consiste na formação de grupos de tomadores, mínimo de 3, que assumem uma responsabilidade mútua, recíproca, pelos financiamentos recebidos. Algumas vezes essa reciprocidade avança para a combinação de investimentos em conjunto. Na figura 5 apresenta-se os níveis de confiança generalizada dos participantes da cooperativa.



FIGURA 5



Fonte: PASE, 2006

A primeira observação é que a confiança generalizada quando segmentada entre os cooperados cresce cerca de 10 %. A figura 1 mostra uma confiança de algo em torno de 18 % e a figura 5 mostra a confiança dos cooperados em 27,7 %. Esta informação revela uma superioridade significativa de confiança generalizada entre os associados da cooperativa.

Além disso, a figura 5 mostra que entre aqueles que participam da cooperativa 27,7 % confiam e 21,3 % não confiam, já entre aqueles que não participam a confiança, 65,7 %, é menor que a não confiança, 75,7 %, cuja diferença de 10 % demonstra que os participantes da cooperativa possuem, ou estão sendo incentivados a desenvolver capital social.

Esta informação revela que estes cidadãos não se associam apenas motivados pelo acesso ao crédito, porém, por confiarem efetivamente nos pares. Segundo o relato dos agricultores familiares, associados a CRESOL, o crédito repassado pela cooperativa, é utilizado tanto como mecanismo para alavancar a produção agrícola,



como também, para resolver problemas inadiáveis, como tratamento de saúde, reforma da moradia ou aquisição de eletrodomésticos, ações que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida. Há relatos que afirmam que o microcrédito é a única fonte de renda das famílias em anos de frustração de safra.

A pesquisa mostra que a aposta da cooperativa de crédito no capital social é um negócio seguro, pois, segundo os dirigentes o índice de inadimplência fica abaixo de 1 %.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos anteriormente, o empoderamento ressurgiu no século XX impulsionado pelos "novos movimentos sociais", que possuem como características fundamentais a luta contra opressão, preconceito e cidadania e a articulação de interesses. Na América Latina e no Brasil os movimentos sociais ressurgem durante o período de abertura política nos anos 1980, lutando por democracia.

A partir da redemocratização muitos movimentos se consolidam no sentido de lutar por direitos sociais como o Movimento Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Sindicatos urbanos e rurais ligados, principalmente, a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Mais recentemente surgem movimentos sociais que retomam temas já realizados nos países desenvolvidos no âmbito dos "novos movimentos sociais" e outros relacionados aos direitos de existência como os ambientais.

Observa-se que a emergência dos movimentos sociais no Brasil está relacionada a existência e / ou desenvolvimento de relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, pelo menos entre os iguais e, não raro identifica-se movimentos que tem claramente uma articulação maior, seja de classe, seja temática, que permite identificar o capital social.

O capital social materializado nos movimentos sociais produz um inegável empoderamento, já que estes conseguem muito mais que visibilidade pública, incluindo aí, a obtenção de políticas públicas segmentadas e diferenciadas.



No caso dos agricultores familiares articulados nos seus sindicatos, conseguem um intento bastante significativo quanto criam uma instituição de crédito para, de forma segmentada, "controlar" as parcas riquezas que conseguem produzir e, principalmente, controlar os recursos públicos repassados pelos governos.

As ilustrações demonstram como é significativa é distinta a existência de capital social entre os associados da CRESOL que, por sua vez, utiliza o mesmo capital social para emprestar e controlar o retorno dos recursos. Da mesma forma o município com melhor IDESE é onde se identifica maior confiança.

Isto contribui com a interpretação de que o capital social facilita o empoderamento que contribui com o desenvolvimento enquanto um processo de produção e distribuição de riquezas, qualidade de vida, sustentabilidade e equidade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Sérgio Darci da S. & SOARES, Marden M. (2002). **Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil.

BAQUERO, Marcelo (2003). Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 83 – 108, nov.

BAQUERO, Rute V. A. (2005). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. In: **Revista Debates**. NUPESAL / UFRGS. N. 1, dez. Poa: UFRGS / Escritos, V.1. Pág. 69 - 84

BOURDIEU, Pierre (1980). Le Capital Social: Notes Provisoires. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Nº 31, jan. 1980, p. 2 - 3.

COLEMAN, James S. (1990). **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

DURSTON, John (2001). Capital social. Parte del problema, parte de la solución. Su papel em la persistência y la superación de la pobreza em la América Latina y el Caribe. **Documento de Referencia**. Santiago Del Chile: CEPAL.



EVANS, Peter (1996). Government Action, Social Capital and Development: Reivewing the Evidence on Synergy. **World Development**, vol. 24, nº 2, p 1 – 36.

FEE – Fundação de Economia e Estatística, RS. 2002. Disponível em: http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_municipios_classificacao_idese.php?ano=2004&ordem=municipios (disponível em 29/02/2008)

FREIRE, Paulo (1979). **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Nunes.

FREIRE, Paulo (1986). **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PASE, Hemerson L. (2001). **Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis**. Porto Alegre: UFRGS / PGDR (Dissertação de mestrado).

PASE, Hemerson L. (2004). **Projeto de pesquisa: Capital Social e Desenvolvimento Regional: A importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste**. Sananduva: UERGS / FAPERGS. (mimeo)

PASE, Hemerson L. (2006). **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS / PPGCP. (Tese de doutorado).

PUTNAM, Robert D. (2000). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PUTNAM, Robert e GOSS, Kristin (2002). Introduction. In: PUTNAM, Robert. **Democracies in flux. The evolution of social capital in contemporary societies**. New York. Oxford University Press, p. 3 – 21.

SEN, Amartya (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras.

SOARES, Maria Susana Arrosa (1993). (Re)Pensando a Modernidade Latino-americana. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, V. 5, nº 5, p. 24 – 31.

TOCQUEVILLE, Aléxis de (1987). **A democracia na América**. São Paulo: Universidade de São Paulo.

WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E. (1994). Introduction to community empowerment, participation, education, and health. *Health Education Quarterly*: Special Issue.

WEBER, Max (2005). **Ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras.



YUNUS, Muhammad (2000). **O Banheiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



